

Partido Popular

CDS-PP

Grupo Parlamentar



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

23 ABRIL 1999

[Handwritten signature]

Requerimento Nº 674/VII(4.a) - AC

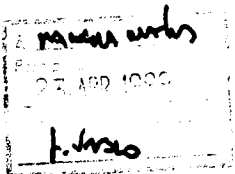
(Ministério do Ambiente)

A freguesia do Lago, no Concelho de Amares, debate-se de há alguns anos a esta parte com graves problemas relacionados com a contaminação das suas águas subterrâneas.

A destruição de um bem essencial à vida e ao desenvolvimento, como é a água, e o risco que pode daí decorrer para a saúde pública, tem sido fonte de grande preocupação para as populações da referida freguesia.

Muito se tem falado no funcionamento, alegadamente irregular, de uma unidade industrial denominada ALUMÍNIOS IBÉRICA, sita na referida freguesia.

A passividade das entidades públicas, designadamente do Ministério do Ambiente, tem contribuído para o aumento das dúvidas que se colocam quanto à regularidade do funcionamento desta empresa; quanto ao cumprimento das normas relativas às descargas de efluentes, às emissões, à deposição e tratamento dos resíduos industriais.



Em Dezembro de 1996, a empresa TECMINHO, por solicitação da referida ALUMINIOS IBÉRICA, elaborou um estudo com vista a apurar a responsabilidade desta na contaminação das referidas águas.

Esse estudo conclui por uma desresponsabilização total da empresa pela contaminação de poços da freguesia do Lago.

Porém, em Maio de 1998, foi emitido um parecer técnico pelo Prof. Engº. Pedro Dias de Almeida relativo ao estudo elaborado pela TECMINHO.

Esse parecer refuta totalmente o anterior parecer da TÊCMINHO.

Aí se conclui, entre outros, que a industria ALUMÍNIOS IBÉRICA “não está a laborar de acordo com a regulamentação em vigor no domínio ambiental, nem possui as respectivas licenças, continuando a ser a mais provável causa de contaminação das águas dos poços da freguesia do Lago.”

Por outro lado, em 8 de Janeiro de 1998, o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes apresentou o requerimento 187/VII(3), onde se solicita o esclarecimento de questões relacionadas com a poluição e com o funcionamento da referida empresa.

A resposta do Ministério do Ambiente foi, no mínimo, uma resposta insegura; aí é dito que “Os valores altos de alumínio podem ser explicados...”; “nada permite concluir sobre a eventual existência de uma relação causa/efeito de um foco poluidor específico.”

Não foi, claramente, até hoje, possível uma conclusão que permita tranquilizar as populações!

É já tempo de o Ministério do Ambiente se deixar de respostas evasivas e, de uma vez por todas, realizar um trabalho que, com credibilidade científica, possa demonstrar, de uma forma afirmativa, positiva e conclusiva que não existe possibilidade de contaminação das águas subterrâneas por alumínio por parte da referida empresa.

É que as populações têm, no mínimo, direito a saber !


Nestes termos e ao abrigo das normas constitucionais e regimentais em vigor, o deputado do Grupo Parlamentar do CDS-Partido Popular, Rui Pedrosa de Moura, pergunta ao Governo:

1. Está ou não a empresa "Alumínios Ibérica Lda" a contaminar águas subterrâneas na freguesia do Lago?

2. Que medidas estão a ser (ou foram) tomadas de forma a evitar a poluição das águas subterrâneas da Freguesia do Lago ?

Palácio de São Bento, 23 de Abril de 1999

O Deputado



(RUI PEDROSA DE MOURA)